



Câmara Municipal de Arraiolos

MOÇÃO

Sobre o Orçamento de Estado para 2015

Considerando que:

- O agravamento do fosso entre volume de montantes transferidos e a regra geral prevista na LFL aferida a uma % da média dos três impostos que relevam para o FEF e FFF.
- Para lá do artifício da cláusula limite dos 5% que faz com que a transferência não seja fixada em 1.952 milhões de euros, o OE consagra ainda uma subavaliação do valor remanescente, ou seja mais 85 milhões que em 2014. Adicionalmente faz o truque de cumprir a variação máxima dos 5%, não referenciada como a Lei determina ao FEF e FSM, mas incluindo o IRS, conduzindo a que nos “acertos” para impedir o aumento devido de transferências o FEF seja “martelado” de tal maneira que há municípios a perder 10% e mais desse montante.
- A verba autónoma para transportes escolares, já por si comprovadamente insuficiente, passa a estar diluída no FSM;
- Estabelece a consignação do crescimento do FEF resultante da LFL à realização da participação do FAM e consolidação orçamental (dívida de médio e longo prazo e pagamentos em atraso);
- Impõe restrições no domínio de recursos humanos, seja por via do controlo de admissões e procedimentos concursais, seja na valorização dos trabalhadores;
- Consagra e alarga a prática de retenções arbitrárias, de que são exemplo:
 - Tetos de pagamento automáticos (e arbitrários) ao SNS;
 - Retenção em favor da DGAL, de 0.1% do FEF;
 - Por “violação” da não redução de trabalhadores;
 - Pela “violação” das disposições sobre pessoal dirigente;
 - Pelo incumprimento da renovação de contratos a termo;
 - Pelo não cumprimento da consignação do aumento do IRS+IVA.

A Câmara Municipal de Arraiolos, reunida em 3 de dezembro de 2014, delibera:

1. Reafirmar o propósito de defender a autonomia do Poder Local, consagrada na Constituição da República Portuguesa e exigir da Associação Nacional de Municípios posições firmes e combativas contra o Orçamento de Estado para 2015.
2. Exigir o cumprimento da Lei das Finanças Locais, apelando à Assembleia da República para que a faça cumprir, corrigindo a distribuição das verbas a inscrever para os municípios e freguesias;



Câmara Municipal de Arraiolos

3. Protestar contra a destruição do emprego público e contra uma ainda maior degradação das condições de trabalho dos trabalhadores das autarquias, impostas por este orçamento solidarizando-se com a sua luta;
4. Reclamar a retoma do investimento público e a assunção pelo estado das suas responsabilidades na saúde, educação e proteção social, a um nível que responda às necessidades da economia local e às carências da população.
5. Remeter esta moção aos órgãos de soberania, à ANMP e divulgá-la junto da população.

Aprovada, por unanimidade